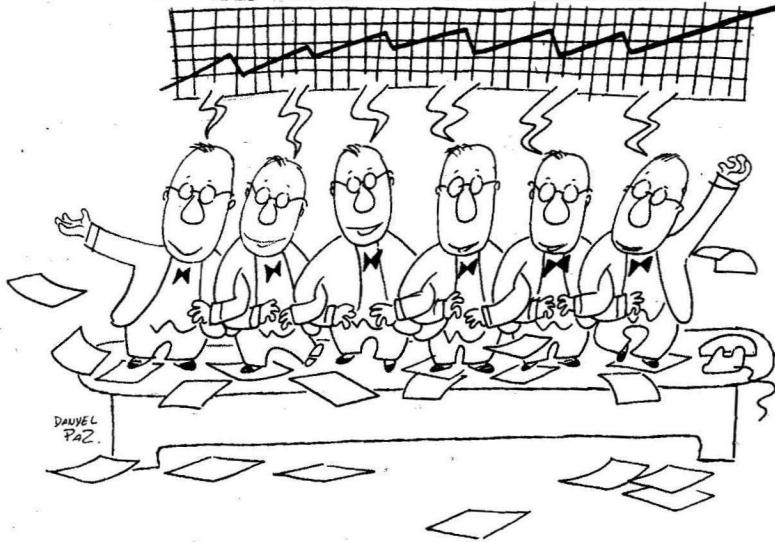


# credores na reunião do FMI

BRASÍLIA — O Governo brasileiro não alimenta qualquer expectativa em relação à reunião anual conjunta do Fundo Monetário International (FMI) e do Banco Mundial (Bird), que começa dia 28. Por este motivo, a numerosa delegação de 15 integrantes que embarca para Washington, na próxima semana, chefiada pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vai muito mais com o propósito de aproveitar a grande concentração de banqueiros e Ministros da economia dos países credores, na reunião, para fazer os contatos iniciais da renegociação plurianual da dívida externa.

A delegação, no entanto, apesar de levar na bagagem relatórios revelando o bom desempenho da economia — a única dos países endividados a apresentar crescimento, além de boas reservas e um déficit público razoavelmente equilibrado — tem poucos motivos para estar otimista, conforme revelou uma fonte governamental que participará da reunião.

O desânimo da delegação, de acordo com a fonte, se deve, principal-



mente, à recepção negativa do Governo americano aos propósitos brasileiros de renegociar a dívida em condições mais favoráveis, demonstrada durante a viagem do Presidente José Sarney aos Estados Unidos, no início do mês. Nenhum dos membros da missão que vai a Washington tem dúvida de que a renegociação plurianual, que engloba a dívida a vencer com os bancos privados internacionais entre 86 e 91, será extremamente difícil. O maior complicador é o fato do Brasil se recusar a sujeitar-se às regras do FMI, como desejam os banqueiros.

Esta é uma maratona que começa agora e levará pelo menos seis meses para terminar, prevê um técnico

do Ministério do Planejamento. A dificuldade é explicada porque se trata da renegociação de US\$ 74,6 bilhões, (Cz\$ 1 trilhão) que começam a vencer este ano, e representam 77,8 por cento do total da dívida brasileira de médio e longo prazos, de US\$ 95,8 bilhões (Cz\$ 1,3 trilhão).

A parcela a vencer este ano é de US\$ 13,71 bilhões (Cz\$ 189,74 bilhões). Em 87, US\$ 14,4 bilhões

(Cz\$ 199,29 bilhões); em 88, a parcela a vencer é de US\$ 13,5 bilhões (Cz\$ 186,8 bilhões), em 89 é de US\$ 12 bilhões (Cz\$ 166 bilhões), em 90 é de US\$ 10,3 bilhões (Cz\$ 142,5 bilhões); e em 91, US\$ 10,6 bilhões (Cz\$ 146,7 bilhões).

Mesmo com a amostra negativa dada pelo Governo americano, às posições do Governo brasileiro, a delegação iniciará o contato com os credores sem arredar pé da decisão de renegociar a dívida em bases mais favoráveis. A começar pela determinação, já revelada pelo Presidente Sarney, e pelos Ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, de remeter menos recursos ao exterior para pagamento da dívida.